

## **EDITAL**

### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 004/2026** **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2026**

“Contratação de empresa especializada para execução de **Serviços de Recapeamento Asfáltico de Ruas e Avenidas de Matão/SP**, em parceria com a **Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo**, através do **Convênio nº 100416/2026**, incluindo a disponibilidade pela contratada, de mão de obra, material, máquinas e equipamentos, insumos, operadores e ferramentas necessárias para sua execução” tudo conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

#### **1 PREÂMBULO**

- 1.1 A Prefeitura do Município de Matão**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob n.º 45.270.188/0001-26, torna público que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, a ser conduzido pelo Presidente da Comissão de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria n.º 15.931, de 30 de dezembro de 2024, e nas condições fixadas neste edital e seus anexos.

#### **2 DO OBJETO**

- 2.1** O objeto desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** consiste na “Contratação de empresa especializada para execução de **Serviços de Recapeamento Asfáltico de Ruas e Avenidas de Matão/SP**, em parceria com a **Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo**, através do **Convênio nº 100416/2026**, incluindo a disponibilidade pela contratada, de mão de obra, material, máquinas e equipamentos, insumos, operadores e ferramentas necessárias para sua execução”, tudo conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos.
- 2.2** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: [www.matao.sp.gov.br](http://www.matao.sp.gov.br), [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas (<https://www.gov.br/pncp.br>).
- 2.3** As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Suprimentos pelo telefone pelos telefones (16) 3383-4035, 3383-4056, 3383-4067, 3383-4068 e 3383-4070.

#### **3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1** A participação nesta Licitação é ampla, para empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 3.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.1.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.1.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.2** A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.3** Para a presente licitação, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.4 Não poderão disputar esta licitação:**
- 3.4.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.4.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.4.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021; 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.4.4** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.4.5** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.4.6** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.4.7** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.4.8** Aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.4.9** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5** A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.6** O impedimento decorrente de imposição de sanção será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que

- devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.7** No que concerne aos itens 3.4.2 e 3.4.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.8** Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.
- 3.9** Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.10** Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11** Caso haja a participação de consórcio no certame, observar-se-á as regras previstas no art. 15 da Lei 14.133/2021.
- 3.12** No caso de constituição de consórcios, o licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, devendo apresentar a comprovação, como requisito para assinatura do contrato, de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 3.13** Como requisito para participação nesta Licitação, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.13.1** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 3.13.2** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 3.13.3** que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 3.13.4** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.13.5** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.13.6** que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 3.13.7** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.13.8** que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- 3.13.9** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital
- 3.13.10** Declaração sob as penas da Lei que a empresa pode comprovar o cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendemos às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

#### **4 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA**

- 4.1 O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

- 4.2 A abertura da sessão pública da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** ocorrerá no dia **1º de junho de 2026**, às **09h00min**, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), nos termos das condições descritas neste Edital.

- 4.3 Para todas as referências de tempo, observar-se-á o horário de Brasília (DF).

#### **5 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA**

- 5.1 O critério de julgamento será o de **MENOR VALOR GLOBAL**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.
- 5.2 Será utilizado o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

#### **6 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 6.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação a presente Concorrência Pública, ou ainda para **impugnar este Edital**, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, e serão processadas nos termos do § único do Art. 164 da Lei Federal 14.133/21.
- 6.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas a pregoeira por meio de e-mail ([compras@matao.sp.gov.br](mailto:compras@matao.sp.gov.br)) do Departamento de Compras e Suprimentos e deverá conter a razão social da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para resposta.
- 6.1.2 Caberá ao Chefe do Poder executivo decidir sobre a impugnação nos termos do § único do Art. 164 da Lei Federal 14.133/21.
- 6.1.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização desta CONCORRÊNCIA.
- 6.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.
- 6.3 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Presidente da Comissão de Contratação, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: [compras@matao.sp.gov.br](mailto:compras@matao.sp.gov.br).
- 6.3.1 A resposta aos pedidos de esclarecimentos se dará nos termos da Lei Federal 14.133/21, e poderão ser requisitados subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 6.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 6.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.
- 6.4.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **7 DO CREDENCIAMENTO**

- 7.1** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória, em sua forma eletrônica.
- 7.2** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 7.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência Pública.
- 7.4** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 7.5** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.5.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 8.1** Os licitantes encaminharão a sua proposta comercial e documentação, exclusivamente na forma estabelecida por meio do sistema, devendo essa proposta conter a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 8.2** **O envio da proposta, acompanhada dos requisitos do item 8.8 e dos documentos de habilitação exigidos no item 11 deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha na forma exigida pelo sistema.**
- 8.3** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 8.4** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.5** Os preços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.6** Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, em campo próprio do sistema, preço com até duas casas decimais após a vírgula.
- 8.7** **A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública da Licitação.**
- 8.8** Na proposta deverão estar os valores propostos onde deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento



dos bens ou de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Matão, até a conclusão da obra licitada no local determinado neste Edital, observado ainda ao seguinte:

- 8.8.1 A PROPOSTA COMERCIAL**, deverá ser formata em uma única via, devendo ser clara, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas e assinada pelo proponente e deverá atender os seguintes critérios **sob pena de desclassificação**, conforme **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**, fornecido pela Prefeitura. A empresa **deverá apresentar ainda, junto com a sua proposta comercial, as Planilhas de Composição de Preços (sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO caso não forem apresentadas) conforme modelo no Anexo II-A deste Edital.**
- 8.8.2 Prazo de validade da proposta:** não inferior a 60 (sessenta) dias.
- 8.8.3 Prazo de execução: 690 (seiscentos e noventa) dias**
- 8.8.4 Prazo de vigência do contrato: 720 (setecentos e vinte) dias.**
- 8.8.5 Condições de Pagamento:** O (s) pagamento (s) ocorrerá (ão) conforme item 7 e subitens do Termo de Referência (Anexo I).
- 8.8.6 Nome e número da Instituição Financeira, Agência e n.º da Conta-Corrente** para a efetivação dos pagamentos.
- 8.9** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.10** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 8.11** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Presidente da Comissão de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **9 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- |  |
|--|
| <p><b>9.1</b> No dia <b>1º de junho de 2026 às 09h00min</b>, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando da Presidente da Comissão de Contratação, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.</p> <p><b>9.2</b> Ato contínuo se verificarão as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, inclusive a proposta maior que o valor estimada no item 17.1, conforme ANEXO II – MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL deste Edital.</p> |
|--|
- 9.2.1** Também será desclassificada a proposta (**eletrônica**) que identifique o licitante.
- 9.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 9.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5.1** O lance deverá ser ofertado pelo valor global da obra licitada.

- 9.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser ofertado de forma livre, desde que respeitado **o mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais)**.
- 9.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 9.10 Será adotado para o envio de lances na presente concorrência eletrônica o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 9.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
- 9.16 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 9.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.19 No caso de desconexão com a Presidente da Comissão no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.21 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 9.22 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**9.24** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.25** A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**9.26** Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**10.2** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível nos termos do artigo 59 da Lei 14.133/21.

**10.2.1** As licitantes, nos termos do inciso IV do artigo 59 da Lei 14.133/21 estão **obrigadas a demonstrar a exequibilidade dos preços apresentados** especificando em Planilha (conforme modelo disposto no Anexo II-B deste Edital).

**10.2.1.1** Essa Planilha servirá de referência para os efeitos do previsto no § 4º do artigo 59 da Lei 14.133/21. **A não apresentação da Planilha devidamente preenchida implica na desclassificação da proposta.** Não havendo discordância do conteúdo delas, bem como não havendo manifestação das licitantes, a Comissão fará a declaração de conformidade e classificação das propostas nos termos da Lei.

**10.3** Vencida a fase do item 10.2 e seu subitem, a Comissão observará se a proposta atende ao Edital declarando a proposta vencedora.

**10.4** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**10.5** A (o) Presidente da Comissão de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.5.1** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Prefeitura.

**10.6** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, passa-se a examinar a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.7** Havendo necessidade, poderá ser suspensa a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

**10.8** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, passar-se-á a verificação da habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **11 DA HABILITAÇÃO**

**11.1** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**11.1.1** SICAF.



- 11.1.2** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 11.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 11.3** Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.4** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.5** Considerando que, na presente licitação, a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá **atestar, sob pena de inabilitação**, que conhece o local e as condições da realização do objeto da licitação.
- 11.5.1** Será assegurado ao licitante o direito de realização de **vistoria prévia**, acompanhada por servidor designado para esse fim, no período de **segunda a sexta-feira, das 08h00min às 16h30min**, mediante prévio agendamento.
- 11.5.2** A Administração poderá disponibilizar data e horário alternativos, conforme demanda dos interessados, para a realização da vistoria prévia.
- 11.5.3** O licitante poderá, alternativamente, **optar por não realizar a vistoria**, desde que apresente:
- 11.5.3.1** Declaração formal, firmada por seu representante legal, de que **conhece o local e as condições da realização do objeto**; ou
- 11.5.3.2** Declaração formal assinada por seu **responsável técnico**, atestando o **conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação**.
- 11.6** Para fins de **habilitação jurídica**, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que **serão exigidos conforme sua natureza jurídica**:
- 11.6.1 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.6.2 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – **EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.6.3 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 11.6.4 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.6.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

- 11.6.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**
- 11.7 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:**
- 11.7.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;**
  - 11.7.2 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;**
  - 11.7.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, como segue:**
    - 11.7.3.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através das Certidões Negativas de Débito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Receita Federal do Brasil – RFB (que agora são conjuntas), ou seja, são fornecidas em um só documento, por força do Decreto n.º 5.512, de 15 de agosto de 2005);**
    - 11.7.3.2 CND Estadual pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;**
    - 11.7.3.3 CND da Dívida Ativa do Estado;**
    - 11.7.3.4 Municipal através de Certidão Negativa de Débitos referentes a tributos, impostos, taxas, tarifas e similares, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças do domicílio ou sede do licitante;**
    - 11.7.3.5 Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.**
  - 11.7.4 Certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND**
  - 11.7.5 Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).**
  - 11.7.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos da lei federal n.º 12.440, de 07/07/2011.**
- 11.8 Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá apresentar o que segue:**
- 11.8.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);**
  - 11.8.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).**
  - 11.8.3 Comprovante de Garantia para Licitar no valor de R\$ 11.391,67, equivalente a 1% do valor Estimado (item 17.1 deste Edital), nos termos do artigo 58 e §§ da Lei 14.133/21.**
  - 11.8.4 Comprovar possuir Capital Mínimo de R\$ 113.916,70 que corresponde a 10% do valor estimado da Licitação (item 17.1) conforme previsto no § 4º do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/21.**
  - 11.8.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.**
  - 11.8.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.**

**11.9** Para fins de **Qualificação Técnica**, deverá apresentar o que segue:

**11.9.1** Declaração de conhecimento do local: Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

**11.9.2** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

**11.9.3** **Certidão de Registro de pessoa jurídica, em nome da licitante e dentro do prazo de validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.**

**11.9.3.1** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil; Qualificação técnico-profissional.

**11.10** Para fins de **Qualificação técnico-profissional** deverá apresentar o seguinte:

**11.10.1** Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

**11.10.2** O(s) profissional(is), seja Engenheiro Civil, devidamente registrado(s) no conselho competente, deverá(ão) apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), que comprove a experiência na execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, entendendo-se como tais aqueles que façam referência a:

**11.10.2.1** Camada de Rolamento com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ);

**11.10.2.2** Imprimadura Betuminosa Ligante.

**11.10.3** O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**11.10.4** **A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) será exigida somente na assinatura do contrato, sendo condição indispensável para sua formalização.**

**11.10.4.1** Essa comprovação poderá ser feita por meio da apresentação de contrato de trabalho, anotações na CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, mediante o respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), o fornecedor deverá apresentar cópia do contrato social atualizado.

**11.11** A **Qualificação Técnico-Operacional** deverá comprovar que a licitante executou serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, para esse fim deverá apresentar:

**11.11.1** Certidão(ões) ou atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente **em nome da licitante**, que demonstre o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste instrumento, indicando, como quantitativos:

**11.11.1.1** **Imprimadura Betuminosa Ligante**, em quantidade mínima de **12.279,99 m<sup>2</sup>**, correspondente a 50% da metragem prevista na contratação (Item 2.2 da Tabela do Anexo III);

**11.11.1.2 Camada de Rolamento com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)**, em quantidade mínima de **368,40 m³**, equivalente a 50% do total previsto (Item 2.3 da Tabela no Anexo III).

- 11.11.2** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados.
- 11.11.3** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 11.11.4** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 11.11.5** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 11.11.6** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 11.11.7** A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.
- 11.12** Após a habilitação, poderá a licitante ser inabilitada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.
- 11.13** Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração (mediante a apresentação do original), ou publicação em órgão da imprensa oficial. Relativamente as CND do INSS e FGTS emitida via Internet, serão obedecidas às normas vigentes e aplicáveis.
- 11.14** No julgamento da habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.15** O não atendimento das exigências constantes do item 11 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.
- 11.16** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 12 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO**
- 12.1** Encerrada a etapa de lances, a vencedora será convocada para que faça juntar no sistema COMPRASNET, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, se fará uso da ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.
- 12.2** Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e **já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação

- 12.3** O licitante deverá anexar a Proposta de Preços Ajustada, num prazo de até **02 (DUAS) HORAS** de efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 08h00min às 17h00min, contados da convocação.
- 12.4** Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: [compras@matao.sp.gov.br](mailto:compras@matao.sp.gov.br). Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com a pregoeira para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. A prefeitura não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Matão quanto do emissor.
- 12.4.1** A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pela Pregoeira, o registro da não aceitação da proposta.
- 12.4.2** Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.
- 12.4.3** É facultado a Pregoeira ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.**
- 12.4.4** Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, a Comissão DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.
- 12.5** A proposta deverá conter:
- 12.5.1** Proposta de preços, conforme modelo constante do (Anexo III) do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;
- 12.5.2** **Planilha com preços unitários e total**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- 12.5.3** **A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.**
- 12.5.4** prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.
- 12.5.5** O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00).**
- 12.5.6** A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital e Anexos** sob pena de desclassificação.
- 12.5.7** A Presidente da Comissão de Contratação reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
- 12.5.8** A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
- 12.6** A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão



formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

### **13 DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL**

- 13.1** A documentação constante no item 11, **caso solicitado**, deverá ser encaminhada em original ou cópia autenticada, juntamente com a proposta final também original, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico, no seguinte endereço: **Rua Oreste Bozelli, n.º 1.165 – Centro – MATÃO/SP – CEP 15990-900**. Aos cuidados do Departamento de Compras e Suprimentos. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano da Concorrência Eletrônica.
- 13.2** Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, a pregoeira o declarará vencedor.
- 13.3** Ocorrendo a inabilitação, a pregoeira convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

### **14 DOS RECURSOS**

- 14.1 Declarado o vencedor**, a presidente da Comissão abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 14.2** A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.
- 14.3** Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 14.4** Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 14.5** O recurso contra decisão da Presidente da Comissão de Contratação não terá efeito suspensivo.
- 14.6** Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, a Presidente da Comissão de Contratação terá até 5 (cinco) dias para:
- 14.6.1** Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
  - 14.6.2** Motivadamente, reconsiderar a decisão;
  - 14.6.3** Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
- 14.7** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.8** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 14.9 Não havendo recurso**, a Presidente da Comissão de Contratação adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

### **15 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 15.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

- 15.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 15.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 15.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 15.2.1** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 15.2.2** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **16 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 16.1** Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
- 16.1.1** Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
- 16.2** A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 16.2.1** A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

## **17 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO E DO PAGAMENTO**

- 17.1** O valor máximo a ser pago pelo Município **pela execução dos serviços de recapeamento** objeto ora licitado fica estimado no total de **R\$ 1.139.166,95 (um milhão, cento e trinta e nove mil, cento e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**, conforme indicado no Termo de Referência (Anexo I).
- 17.2** O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, conforme disposto no Anexo II.
- 17.3** No corpo da Nota Fiscal deverá ser informado o número da licitação e do contrato correspondente.
- 17.4** Quando o Município atrasar o pagamento de contas decorrentes das contratações será aplicado o índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária.
- 17.5** Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no 1º dia útil subsequente.
- 17.6** Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 17.7** A fiscalização da obra será acompanhada pelo Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção, sendo representadas pelo seu Secretário e por eventual responsável pelo Convênio, bem como por funcionários técnicos da estrutura efetiva da Prefeitura, e estando a medição em ordem far-

se-á o Ateste na Nota Fiscal e encaminhará o processo para a Secretaria de Administração para o devido pagamento.

- 17.8** Os recursos financeiros para as despesas com a execução dos serviços serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente classificada e codificado sob a funcional programática n.º **15.451.2801.1.002**, categoria econômica n.º **4.4.90.51.00**, ficha n.º **642**, sub elemento da despesa n.º **91**, vínculo n.º **02.100.0228** e **01.110.0000** Processo Eletrônico n.º **5891/2026**, requisição de serviços n.º **1032/2026** e notas de reserva n.º **7621 e 7622** de **14/05/2026**, do Departamento da Manutenção da Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção da Prefeitura Municipal de Matão.

**17.7.1** Trata-se de **licitação realizada em face de recursos aferidos através de parceria com o governo do estado, através do de convênio 1004166/2024**, além de contrapartida da Prefeitura previstas na **Lei Municipal nº 6.263/2025 (P.P.A)**, **Lei Municipal nº 6.267/25 (L.D.O.)**, cujas dotações iniciais programadas e, posteriormente atualizadas e previstas na **L.O.A. para 2025 (Lei Municipal nº 6.294 /2025)**, atendendo assim aos artigos 16 e 17 da LRF.

<b>Recapeamento de Ruas e Avenidas da Cidade (Item 02.01 do Anexo I)</b>		
Descrição	Valor	%
Receita Corrente Líquida prevista para 2.026	R\$ 445.146.409,00	100,00%
Valor de Dotação Previsto na LOA (Lei 6.294 /2025)	R\$ 1.770.000,00	0,40%
<b>Valor Estimado dos Serviços de Recapeamento</b>	<b>R\$ 1.139.166,95</b>	<b>0,26%</b>

- 17.9** A contratada deverá depositar até a data de assinatura do contrato, a garantia **no valor de 5% do valor do contrato** por qualquer dos meios permitidos pela Lei 14.133/21. Caso a proposta **seja inferior a 85% do valor estimado a Garantia do Contrato deverá ser de 10%** (§ 5º do artigo 59 da Lei 14.133/21).

## **18 DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILIBRIO**

- 18.1** Durante a vigência do contrato, os valores contratados **não serão reajustados.**
- 18.2** Caso o contrato seja prorrogado, por solicitação da Contratante, e apenas se excedidos 12 (doze) meses, poderá ser aplicado reajuste com base no índice INPC/IBGE (ou outro que venha a substituí-lo), tomando-se como referência a data de assinatura do contrato.
- 18.3** Não serão liberadas recomposições **decorrentes de inflação**, que não configurem álea econômica extraordinária, **tampouco fato previsível.**
- 18.4** Os pedidos de eventual solicitação recomposição de valores deverá ser protocolados somente no Protocolo Municipal da Prefeitura Municipal de Matão, a quem competirá a análise e decisão, sempre observado o artigo 124 da Lei 14.133/21.

## **19 DA CONTRATAÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 19.1** Após a adjudicação e a homologação, os preços serão contratados, cuja minuta constitui o **ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO** deste Edital.
- 19.2** **Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.**
- 19.2.1** No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por qualquer das modalidades previstas em lei, particularmente no que diz respeito ao §1º, do art. 96 da lei 14.133
- 19.2.2** A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

- 19.2.3** No mais, o contrato estabelecerá a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.
- 19.3** O Contrato será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Compras e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Matão, sito à Rua Orestes Bozelli, n.º 1.165 – Centro – Matão/SP – CEP: 15990-900, **em até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento.**
- 19.3.1** **A não assinatura no prazo estabelecido será punida com multa de 5% do valor do estimado do contrato.**
- 19.4** A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Departamento de Compras e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Matão, sito à Rua Orestes Bozelli, n.º 1.165 – Centro – Matão/SP – CEP: 15990-900, a partir de 05 (cinco) dias úteis após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.
- 19.5** O prazo de execução dos serviços será de **690 (seiscentos e noventa) dias**, conforme Cronograma disposto no Edital. A **vigência do contrato** será de **720 (setecentos e vinte) dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, para fins de entrega definitiva e pagamentos finais.
- 19.6** O atraso na entrega da obra sujeita a contratada a multa de 10% do valor global, independente de notificação extra ou judicial ou administrativa e, aplicado em dobro em atraso reincidente. A aplicação de multa em dobro não trará prejuízo ainda da aplicação de outras penalidades, inclusive a rescisão contratual e declaração de inidoneidade e de proibição de contratar com o Poder Público, observado a ampla defesa e o contraditório, em especial o quanto previsto nos artigos 155 a 160 da Lei Federal 14.133/21.
- 19.6.1** As multas poderão ser descontadas da NF.
- 19.6.2** A multa aqui disposta só não será cobrada em caso de absoluto caso fortuito, a ser comprovado pela contratada, sendo os prazos de entregas conhecidos no presente Edital, não se admitindo o seu descumprimento em hipótese alguma, salvo nas condições aqui estabelecidas.
- 20 DAS PENALIDADES**
- 20.1** O contratado será responsabilizado administrativamente nos termos da Lei Federal 14.133/21, observando-se:
- a) Advertência
  - b) Multa de 10% do valor Global do Contrato
  - c) Na Reincidência (mesmo descumprimento), multa em dobro e Rescisão do Contrato, sem prejuízo das penalidades cumulativas previstas na Lei 14.133/21.
- 20.2** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nos artigos 155 a 160 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 20.3** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.4** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **21 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

- 21.1** Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Matão o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 21.2** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 21.3** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 21.4** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 21.5** A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 21.6** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 21.7** A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 21.8** A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Matão.

## **22 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

- 22.1** A partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

## **23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 23.1** O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, no Diário Oficial do Município (Jornal A Comarca) e no Portal da Prefeitura Municipal de Matão, através do endereço eletrônico [www.matao.sp.gov.br](http://www.matao.sp.gov.br) e, no **PNCP-Portal Nacional de Compras Públicas** (<https://www.gov.br/pncp.br>).
- 23.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Presidente da Comissão de Contratação e os licitantes.
- 23.4** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.
- 23.5** Será facultado a Comissão de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação a obra contratada, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.



- 23.6** O Presidente da Comissão poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
- 23.7** Os licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.
- 23.8** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 23.9** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.10** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Matão, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 23.11** A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 23.12** A anulação do procedimento licitatório induz a do Contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único, art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 23.13** O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASNET através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br>.
- 23.14** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do certame, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 23.15** É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 23.16** A proponente deverá indicar a Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 23.17** A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Matão quanto do emissor.
- 23.18** Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 23.19** Caso o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.
- 23.20** Se a desconexão da pregoeira persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e

quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

**23.21 CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, S CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SERÁ SUSPensa E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.**

**23.22** Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Presidente da Comissão em contrário.

**23.23** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**23.24** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidente da Comissão de Contratação.

**23.25** Do futuro contrato constarão exclusivamente cláusulas e condições previstas no presente processo e na(s) proposta(s) da(s) licitante(s), as quais farão parte integrante do pacto, independente da transcrição inclusive da Minuta de Contrato em anexo, bem como ficando a futura contratada **ciente da obrigação de realizar o cadastro no CadTCESP**, conforme a alínea “a”, do inciso III ou no inciso VIII, ambos do artigo 2º da **Resolução nº 21/22 do TCE/SP**.

**23.26** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;**

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;**

**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO;**

**ANEXO V – PASTA DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA (item 09 do Anexo I);**

**ANEXO VI – TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL.**

**24 DO FORO**

**24.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Matão, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital.

Matão, 14 de maio de 2026.

**APARECIDO FERRARI**  
**PREFEITO DE MATÃO**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

(inciso XXIII do artigo 6º da Lei 14.133/2021)

**1) Da natureza do objeto, prazos e quantitativos**

**01.01** Constitui objeto do presente Termo de Referência a “Contratação de empresa especializada para execução de **Serviços de Recapeamento Asfáltico de Ruas e Avenidas de Matão/SP**, em parceria com a **Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo, através do Convênio nº 100416/2026**, incluindo a disponibilidade pela contratada, de mão de obra, material, máquinas e equipamentos, insumos, operadores e ferramentas necessárias para sua execução”, tudo conforme previsto neste Termo de Referência, observados as condições aqui estabelecidas e no projeto elaborado por esta Secretaria que seguem anexos com ART do Responsável Técnico bem como as regras a serem estabelecidas no Edital nos termos da Lei 14.133/21 e no Convênio assinado.

**01.02** A contratada deve possuir infraestrutura adequada para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção desta municipalidade, devendo fazer a entrega dos serviços conforme previsto nos documentos que deste fazem parte, após Ordem de Serviço desta Secretaria cuja indicação das áreas e valores estimados são os seguintes:

Item	Fonte	Código	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	S/BDI	C/BDI	Total
<b>1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMNARES</b>							
<b>1.1</b>	CDHU	02.08.040	Placa da Obra em Lona com impressão digital e requadro em Metalon	m²	6,00	232,10	290,12	1.740,72
<b>1.2</b>	CDHU	01.20.280	Levantamento planialtimétrico de área pavimentada para veículo e pedestre	m²	24.559,98	0,15	0,19	4.666,40
<b>Subtotal 1</b>								<b>6.407,12</b>
<b>2</b>	<b>RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ C/ ESPESSURA FINAL APÓS COMPACTAÇÃO E LIBERAÇÃO DE TRÁFEGO DE 3,0 CM</b>							
<b>2.1</b>	CDHU	54.01.410	Varrição de Pavimento para Recapeamento	m²	24.559,98	0,49	0,61	14.981,59
<b>2.2</b>	CDHU	54.03.230	Imprimadura betuminosa ligante	m²	24.559,98	3,97	4,96	121.817,50
<b>2.3</b>	CDHU	54.03.210	Camada de Rolamento betuminoso usinado a Quente CBUQ	m³	736,80	1.071,35	1.339,19	986.714,39
<b>Subtotal 2</b>								<b>1.123.513,48</b>
<b>3</b>	<b>SINALIZAÇÃO HORIZONTAL</b>							
<b>3.1</b>	CDHU	70.02.010	Sinalização horizontal com resina vinílica ou acrílica	m²	262,83	28,14	35,18	9.246,36
<b>Subtotal 3</b>								<b>9.246,36</b>
<b>TOTAL GLOBAL (Critério de Julgamento - Itens 04.01 deste Termo)</b>								<b>1.139.166,95</b>

REFERÊNCIA: Tabela de Custos Unitários da CDHU – Boletim nº 192 (março/2024)

**01.03** O prazo de execução dos serviços será de até **690 (seiscentos e noventa) dias** contados da data da emissão da Ordem do Serviço.

**01.03.01** O contrato deverá ter prazo de **720 (setecentos e vinte) dias** contados de sua assinatura, em razão dos prazos de Termo de Recebimento Provisório e Definitivo e pagamento final.

**a)** O contrato poderá ser prorrogado se houver necessidade em processo levado a termo e autorizado pela Prefeitura nos limites da Lei.

## 2) Da fundamentação

**02.01** Conforme planejamento da administração, há necessidade do recapeamento asfáltico das seguintes Ruas e Avenidas da cidade:

Item	Rua ou Avenida	Trecho	M2
1	Av. Sete de Setembro "Adauto Scardoelli"	Da Rua Rui Barbosa até a Rua João Pessoa	995,14
2		Da Rua Sinharinha Frota até a Rua Rui Barbosa	2.873,10
3	Rua João Augusto de Arruda	Da Av. Alagoas até a Av. Trolesi	4.888,48
4	Av. Antonio de Rizzo	Da Av. Francisco Mastropietro até a Rua João Cechetto	2.018,41
5	Av. Alagoas	Da Av. Francisco Mastropietro até a Rua João Cechetto	2.031,90
6	Rua Ilda Tavares da Costa	Da Av. Alagoas até a Av. Trolesi	4.885,01
7	Rua Dolvalino Agostini	Da Av. Alagoas até a Av. Trolesi	4.833,71
8	Av. Sebastião Veríssimo	Da Av. Alagoas até a Av. Trolesi	2.034,23
<b>Total de Metros Quadrados</b>			<b>25.559,98</b>

**02.01.01** Considerando a necessidade de promover melhorias na infraestrutura viária do município, em especial nas ruas mencionadas, que apresentam elevado grau de desgaste do pavimento, torna-se imprescindível a realização de serviços de recapeamento asfáltico. As condições atuais de diversos trechos viários comprometem a segurança de pedestres e condutores, além de impactar negativamente na fluidez do tráfego e na qualidade de vida da população. O tapaburacos, embora paliativo, não é suficiente para restaurar adequadamente o pavimento em áreas com deterioração extensa, sendo necessária uma intervenção mais ampla e duradoura. Além disso, o recapeamento contribui para a valorização urbana, redução dos custos de manutenção corretiva e prevenção de danos maiores à estrutura viária. Com a assinatura do Convênio, abre-se uma oportunidade para que o município possa fazer a intervenção pretendida, permitindo assim uma sobrevida da camada asfáltica destes locais, melhorando a qualidade de vida das pessoas a serem beneficiadas, bem como mais segurança no trânsito nos mesmos locais, em razão inclusive da sinalização que também será providenciada.

## 3) Dos requisitos para contratação

**03.01** A empresa a ser contratada deverá atender as condições de habilitação e forma de apresentação de propostas a serem exigidas no Edital, tais como as condições mínimas de qualificação econômica, fiscal, trabalhista e técnica, tudo nos termos mínimos previstos no Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/21. No quesito qualificação técnica, há que se prever a exigência de Atestados de execução de serviços com as mesmas características, além de garantia para licitar e capital mínimo nos termos da Lei 14.133/21. Ao final a contratada deverá providenciar Garantia do Contrato.

## 4) Da forma e critérios de seleção do fornecedor

**04.01** O **CRITÉRIO DE JULGAMENTO** deverá levar em consideração a proposta que apresentar o **MENOR VALOR GLOBAL**, além do que, os serviços devem ser realizados em regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO DE SERVIÇOS EFETIVAMENTE EXECUTADOS**, tudo nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, observando-se as especificações e quantidades descritas no presente Termo de Referência (item 01.02).

## 5) Da forma de execução quanto a mão de obra, material e as ferramentas mínimas necessárias a serem disponibilizados.

**05.01** A futura contratada deverá fornecer a equipe de trabalho (mão de obra) bem como todo o material, máquinas e equipamentos com seus insumos (combustível, etc.) e operadores, bem como as ferramentas necessárias, conforme especificações deste Termo de Referência.

**05.02** As ferramentas mínimas e inerentes à execução do trabalho pelos colaboradores da equipe serão sempre de responsabilidade e às custas da contratada, não podendo ser alegado no

futuro qualquer despesa a ser suportada pela Prefeitura, devendo estar todas essas despesas incluídas na proposta financeira da licitante interessada.

**05.02.01** A futura contratada deverá se responsabilizar pelo local de guarda das ferramentas, máquinas e equipamentos em condição de garantia da segurança e conservação delas, inclusive se for o caso com seguro contra acidentes, roubos, furtos etc.

**6) Sinalização e Segurança na Execução dos Serviços**

**06.01** A futura contratada deverá implantar, manter e, quando necessário, ajustar toda a sinalização temporária nos locais onde os serviços serão executados conforme preconizam as normas do Manual de Sinalização Temporária do DNIT, Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (CONTRAN/Denatran), Resolução nº 973/2022 do CONTRAN, e demais legislações aplicáveis.

**06.02** A sinalização deverá ser compatível com as características da via e das condições operacionais, garantindo total segurança aos usuários e trabalhadores. Deverão ser empregados dispositivos de sinalização vertical e horizontal provisória, bem como dispositivos auxiliares, tais como cones, cavaletes, barreiras físicas, balizadores, pisca-alertas, placas de advertência ("Homens Trabalhando", "Obra na Pista", "Reduza a Velocidade", "distância da obra", entre outras), além de sinalização noturna e iluminação adequada, quando aplicável e necessário.

**06.03** É de inteira responsabilidade da contratada garantir a efetiva visibilidade e manutenção da sinalização durante todo o período de execução dos serviços, independentemente das condições climáticas ou período (diurno ou noturno).

**06.04** O não cumprimento das normas de sinalização e segurança implicará na imediata paralisação dos serviços até a regularização, sem ônus para a contratante, além da aplicação das penalidades previstas no contrato.

**7) Da forma de medição dos serviços a serem executados**

**07.01** As medições devem ser protocoladas na Prefeitura **sempre no primeiro dia útil de cada mês.**

**07.02** As medições serão conferidas em até 5 (cinco) dias pelo Secretário de Serviços Públicos e Manutenção que será o responsável pelo seu cotejamento entre a medição apresentada e os serviços efetivamente executados, com apoio do setor de engenharia da Prefeitura ou quem for designado, observado os artigos 7º e 107 da Lei 14.133/21, além das especificações do item 8 deste Termo e, após a conferência serão encaminhadas para pagamento na Secretaria de Administração e Finanças, a quem competirá executar possível retenção dos encargos devidos nos termos da lei.

**07.02.01** O pagamento será realizado **sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, sempre após o ateste da medição** a ser apresentada e conferida nos termos dos itens 07.01 e 07.02 deste Termo de Referência, ou no primeiro dia útil subsequente a este, em caso de recair em Sábado, Domingo ou Feriado.

**07.02.02 Não haverá** a alteração de valores propostos (**vedação de reajuste**).

**07.02.02.01** O valor do contrato a ser assinado poderá ser alterado para eventual aditamento de serviços não previstos no presente Termo de Referência ou reequilíbrio do contrato, desde que necessário em processo levado a termo com as justificativas técnicas e nos limites permitidos pela Lei Federal 14.133/21.

**07.03** Será da responsabilidade da contratada fazer a entrega dos serviços na forma prevista neste Termo de Referência.

**07.04** A contratada deverá comunicar imediatamente a Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção qualquer intercorrência que configure a inexecução da entrega dos serviços no prazo estipulado.

**07.05** A Contratante terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços contratados e executados em desacordo com as exigências deste Termo ou do Edital e seus



Anexos dele decorrentes, total ou parcialmente, fixando prazo a critério da contratante para a devida notificação e regularização.

**07.06** A empresa contratada terá ainda como suas responsabilidades:

- a) Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do contrato (material, mão de obra, máquinas, equipamentos com insumos e operadores e ferramentas necessárias), respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por seu dolo ou culpa, de seus colaboradores, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vierem direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante e a terceiros.
- b) Iniciar a execução e entrega dos serviços após o recebimento da Ordem de Serviço nos prazos estabelecidos.

**8) Da análise de risco e vulto da licitação**

**08.01** Trata-se de contratação sem risco pela sua natureza de entrega pela Contratada dos serviços previstos neste Termo de Referência que serão executados por preço unitário, devendo ser pago somente quando efetivamente executados, inclusive porque em caso de eventual descumprimento estará coberto com a previsão de aplicação de penalidades a serem previstas no Edital de Licitações nos termos da Lei, dispensando-se assim a análise de risco prevista no artigo 103 da Lei Federal 14.133/21.

**08.02** Apesar de o expressivo valor estimado no objeto deste Termo, o mesmo não se enquadra nos termos do inciso XXII do artigo 6º da Lei 14.133/21, dispensando-se assim qualquer providência para o caso, todavia, devendo ser adotados as exigências de condições mínimas de execução, cumprimento de prazos e observação deste Termo bem como a aplicação de penalidades a serem previstas no Edital nos termos da Lei de Licitações e no Código Civil Brasileiro.

**9) Dos serviços de Recapeamento a ser executados em Ruas e Avenidas de Matão.**

**09.01** Os serviços de Recapeamento de Ruas e Avenidas de Matão, observarão ao disposto neste Termo de Referência, no Edital e no futuro contrato (cuja integra deste Termo dele fará parte independentemente da sua transcrição), sendo lá considerado nos exatos termos aqui disposto.

**09.02** Para efeitos dos quantitativos estimados de metros quadrados a serem executados, deve ser observados as Pranchas individuais de cada locais disponibilizadas com o presente Termo de Referência.

**09.03** O presente Termo de Referência indica todos os trechos que deverão ser executados o Recapeamento Asfáltico, devendo observar a aplicação de **Capa de CBUQ de 3 cm**, conforme os locais dispostos no item 02.01 do presente Termo de Referência, observado ao seguinte:

**1- Serviços Preliminares**

**1.1 Placa de obra em lona com impressão digital e requadro em metalon:** Será instalada em local determinado pela fiscalização, conforme modelo Governo do estado  
<http://www.comunicação.sp.gov.br/manual-de-identidade-visual>

**1.2 Levantamento planimétrico de área pavimentada para veículo e pedestre:** Após os serviços de recapeamento serem realizados será necessário apresentação de croqui com levantamento topográfico do serviço executado (as Built)

**2- Recapeamento Asfáltico em CBUQ** c/espessura final após compactação e liberação de tráfego de 3 cm

**2.1 Varrição de Pavimento para Recapeamento:** A varrição do pavimento deverá ser feita por equipamentos, tais como Minicarregadeira (Bob Cat) ou retroescavadeira e caminhão apropriada para a perfeita execução. Os locais deverão ser lavados antes da aplicação de emulsão ligante, com a retirada do material pela contratada e depositado em local determinado pela fiscalização.



**2.2 Execução de Pintura de ligação com emulsão RR-2C:** Não será permitido, a juízo da fiscalização, a aplicação do material betuminoso quando as condições do tempo não forem favoráveis e quando a camada a ser imprimida não estiver suficientemente seca. A extensão da aplicação da imprimadura será sempre de acordo com o volume de massa a ser aplicado com intervalo necessário para receber a camada de massa ou determinada pela fiscalização. O Material Betuminoso, após distribuição e compactado, deverá permanecer em repouso o tempo suficiente para receber o tráfego.

**2.3 Execução de Pavimento com aplicação de concreto asfáltico camada de rolamento com espessura de 3 cm.** Concreto asfáltico usinado a quente (camada de rolamento mínima de 3,0 cm compactada): Mistura homogênea a quente, executada em usina de agregados e material betuminoso, conforme a sessão 3.19 do Manual de Normas, compreendendo materiais, mão de obra, equipamentos, carga, transporte, descarga e execução, por m3 de camada acabada, sendo que as bordas deverá ter um acabamento adequado junto as bocas de lobo, pvs e entradas e saídas de veículos, as sobras dos materiais não poderão ser acomodadas sobre as calçadas e gramas das via públicas, devendo ser recolhidos com equipamentos adequados e depositados em local indicado pela Prefeitura.

**3- Execução de Sinalização horizontal com resina vinílica ou acrílica:** Deverá ser executado conforme consta nos Projetos. Será pago somente os serviços executados e levantado pela fiscalização e, deverá ser executada com acompanhamento do Departamento de Trânsito desta municipalidade. A Contratada deverá entrar em contato pelo telefone (16) 3383. 4045, para as devidas orientações.

#### **OBSERVAÇÕES**

- **Deverá ser fornecido Laudo Técnico de Controle Tecnológico** e os resultados dos ensaios do material utilizado, em cada etapa dos serviços, conforme exigência normativa do DNIT (PARA LIBERAÇÃO DA FATURA) e a fiscalização poderá solicitar caso julgue necessário a extração de material para análise de espessura do recape (todos os laudos deverão conter o Selo do INMETRO) e os custos dos mesmos serão por conta da empresa contratada.
- A firma contratada antes de iniciar os serviços, fornecerá a esta Municipalidade o **ART de execução**.
- A firma contratada deverá retirar todo o material excedente, entregando os locais perfeitamente limos
- Os itens omissões serão solucionados dentro nas Normas Brasileiras vigentes junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

#### **MEMORIAL DAS VIAS: RECAPEAMENTO ASFÁTICO 3CM COMPACTADO (24.559,98 M<sup>2</sup>)**

<b>Avenida Sete de Setembro "Adaauto Scardoelli"</b>			
Da Rua Rui Barbosa até a Rua João Pessoa (Bairro/Centro)	Largura 10,42	Extensão 94,53 Área da Gola Total	M <sup>2</sup> 985 10,14 995,14
<b>Avenida Sete de Setembro "Adaauto Scardoelli"</b>			
Da Rua Sinharinha Frota até a Rua Rui Barbosa (Bairro/ Centro)	Largura 9,30 9,30	Extensão 91,41 216,90 Área da Gola Total	M <sup>2</sup> 850,11 2.017,17 5,82 2.873,10
<b>Rua João Augusto de Arruda</b>			
Da Avenida Alagoas até a Avenida Trolesi (Jd. Popular)	Largura 9,40 9,40	Extensão 200,60 292,13 Área de Gola Total	M <sup>2</sup> 1.885,64 2.746,02 256,82 4.888,48

<b>Avenida Antonio de Rizzo</b>			
Da Avenida Francisco Mastropietro até a Rua João Cechetto (Jd. Popular)	Largura 9,40	Extensão 201,26 Área da Gola Total	M <sup>2</sup> 1.891,84 126,57 2.018,41
<b>Avenida Alagoas</b>			
Da Avenida Francisco Mastropietro até a Rua João Cechetto (Jd. Popular)	Largura 9,40	Extensão 200,52 Área da Gola Total	M <sup>2</sup> 1.884,89 147,10 2.031,90
<b>Rua Ilda Tavares da Costa</b>			
Da Avenida Alagoas até a Avenida Trolesi (Jd. Popular)	Largura 9,40	Extensão 502,69 Área da Gola Total	M <sup>2</sup> 4.725,28 129,73 4.885,01
<b>Rua Dolvalino Agostini</b>			
Da Avenida Alagoas até a Avenida Trolesi (Jd. Popular))	Largura 9,35	Extensão 503,10 Área da Gola Total	M <sup>2</sup> 4.703,98 129,73 4.833,71
<b>Avenida Sebastião Veríssimo</b>			
Da Avenida Alagoas até a Avenida Trolesi (Jd. Popular))	Largura 9,40	Extensão 200,50 Área da Gola Total	M <sup>2</sup> 1.884,70 149,53 2.024,23
<b>TOTAL GERAL =</b>			<b>24.559,98 M<sup>2</sup></b>

## 10 Da dotação Orçamentária

- 10.01 Os recursos financeiros para as despesas com a execução dos serviços serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente de 2026, a ser informada no Edital, sendo que havendo necessidade para os exercícios seguintes, serão alocados os recursos necessários na respectiva lei orçamentária, observando-se na execução a vedação de reajuste ou alteração de valores, inclusive em razão de eventual prorrogação do prazo de execução, quedando-se os preços propostos como suficiente para a execução dos serviços previstos neste Termo, em especial o item 9.

Matão, 26 de fevereiro de 2026

**GERALDO LESBÃO MEIRA**

Secretário de Serviços Públicos e Manutenção

**AZOR SILVEIRA LEITE FILHO**

Engenheiro Civil  
 CREASP nº 0601071379

## ANEXO II

### MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

**OBJETO:** “Contratação de empresa especializada para execução de **Serviços de Recapeamento Asfáltico de Ruas e Avenidas de Matão/SP**, em parceria com a **Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo, através do Convênio nº 100416/2026**, incluindo a disponibilidade pela contratada, de mão de obra, material, máquinas e equipamentos, insumos, operadores e ferramentas necessárias para sua execução”, tudo conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos.

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, e endereço eletrônico), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao **EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**, conforme segue:

Item	Descrição	Valor Global
1	“Contratação de empresa especializada para execução de <b>Serviços de Recapeamento Asfáltico de Ruas e Avenidas de Matão/SP</b> , em parceria com a <b>Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo, através do Convênio nº 100416/2026</b> , incluindo a disponibilidade pela contratada, de mão de obra, material, máquinas e equipamentos, insumos, operadores e ferramentas necessárias para sua execução”, tudo conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I) do Edital e demais anexos.	R\$ 1.139.166,95

Anexo à presente Proposta segue a Planilha de Composição dos Preços conforme alínea “a” do item 8.8 do Edital.

Declaramos ciência que se trata de Convênio com a Secretaria de Estado (**Convênio nº 100416/2026**), **portanto sujeito as liberações das parcelas após o aceite**)

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas no edital e seus anexos, inclusive o prazo de execução de até 690 dias e penalidades por descumprimento nos termos do Edital.

\_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Dados da Instituição Financeira:**

Nome \_\_\_\_\_,

Agência \_\_\_\_\_,

Nº Conta-Corrente \_\_\_\_\_.

**Indicação do representante habilitado para assinatura do Contrato:**

Nome: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

RG.: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

## **ANEXO II-A**

# **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS**

(a não apresentação desta Planilha implica na DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA)

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
<b>1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMNARES</b>				
1.1	Placa da Obra em Lona com impressão digital e requadro em Metalon	m <sup>2</sup>	6	290,12	1.740,72
1.2	Levantamento planimétrico de área pavimentada para veículo e pedestre	m <sup>2</sup>	24.559,98	0,19	4.666,40
<b>Subtotal 1</b>					<b>6.407,12</b>
<b>2</b>	<b>RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ C/ ESPESSURA FINAL APÓS COMPACTAÇÃO E LIBERAÇÃO DE TRÁFEGO DE 3,0 CM</b>				
2.1	Varrição de Pavimento para Recapeamento	m <sup>2</sup>	24.559,98	0,61	14.981,59
2.2	Imprimadura betuminosa ligante	m <sup>2</sup>	24.559,98	4,96	121.817,50
2.3	Camada de Rolamento betuminoso usinado a Quente CBUQ	m <sup>3</sup>	736,80	1.339,19	986.714,39
<b>Subtotal 2</b>					<b>1.123.513,48</b>
<b>3</b>	<b>SINALIZAÇÃO HORIZONTAL</b>				
3.1	Sinalização horizontal com resina vinílica ou acrílica	m <sup>2</sup>	262,83	35,18	9.246,36
<b>Subtotal 3</b>					<b>9.246,36</b>
<b>TOTAL GLOBAL (Critério de Julgamento - Itens 04.01 do TR e 5.1 do Edital)</b>					<b>1.139.166,95</b>

**As licitantes na composição do BDI devem observar os limites do Acórdão 2.622/13 do TCU**

<b>ANEXO II-B TABELA DE BDI - RECAPEAMENTO</b>		
<b>Preenchimento obrigatório (Item 10.2.1 do Edital)</b>		
<b>Itens</b>	<b>Siglas</b>	<b>% Adotado</b>
Administração Central	AC	
Seguro e Garantia	SG	
Risco	R	
Despesas Financeiras	DF	
Lucro	L	
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	
BDI - (Fórmula Acórdão TCU)	BDI	

**NOME DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA**

RG SOB Nº.....

CPF SOB Nº.....



## **ANEXO III**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

(papel timbrado da licitante)

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2026**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**  
**TIPO: MENOR VALOR GLOBAL**

**OBJETO:** “Contratação de empresa especializada para execução de **Serviços de Recapeamento Asfáltico de Ruas e Avenidas de Matão/SP**, em parceria com a **Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo, através do Convênio nº 100416/2026**, incluindo a disponibilidade pela contratada, de mão de obra, material, máquinas e equipamentos, insumos, operadores e ferramentas necessárias para sua execução”, tudo conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos.

#### **A Prefeitura Municipal de Matão/SP**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.
- 2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- 4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**
- 7) Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito: .....  
Banco: ..... Agência:.....

- 8) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone: ( )**

**Cidade: ..... Bairro: ..... Rua: ..... nº ..... CEP: .....**

- 9) Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Suprimentos deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos
- 10) Nomeamos e constituímos o senhor(a) ....., portador(a) do CPF/MF sob nº ....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 004/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.
- 11) Finalmente, declaramos sob as penas da Lei esta empresa pode comprovar o cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendemos às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

..... de 2026.

(Local e Data)

**Assinatura do Responsável pela Empresa**  
**(Nome Legível/Cargo)**

## **ANEXO IV**

### **MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Matão, no Estado do São Paulo, no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, na presença de duas testemunhas no final assinadas, compareceram as partes, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Matão, no Estado de São Paulo, à Rua Oreste Bozelli, n.º 1.165 – Centro, inscrita no C.N.P.J.-M.F. sob o n.º **45.270.188/0001-26**, neste ato legalmente representada pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, o **SR. APARECIDO FERRARI**, brasileiro, casado, metalúrgico aposentado, residente e domiciliado nesta cidade de Matão, a Rua Vereador José Tortorello, n.º 1782 – Park do Imperador – CEP 15.991.280, portador do R.G. n.º 9.525.173 SSP/SP e do C.P.F. n.º 019.969.658-67 daqui por diante denominada simplesmente “**CONTRATANTE**”, e, de outro lado a sociedade empresária ....., estabelecida na cidade de ....., no Estado de ....., a Rua/Avenida ....., n.º ..... - Bairro/Jardim ....., CEP ....., inscrita no C.N.P.J.-M.F. sob o n.º ..... e Inscrição Estadual n.º ....., neste ato representada pelo seu representante no final nomeado e assinado, daqui por diante denominada simplesmente “**CONTRATADA**”, em face da classificação das propostas apresentada na **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**, de 14 de maio de 2026, levado a efeito através do **Processo Licitatório n.º 030/2026**, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, resolvem celebrar o presente instrumento, observadas as condições do Edital que rege a Concorrência Eletrônica e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

- 1.1** Constituí objeto do presente Contrato, a execução de **Serviços de Recapeamento Asfáltico de Ruas e Avenidas de Matão/SP**, em parceria com a **Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo, através do Convênio nº 100416/2026**, incluindo a disponibilidade pela contratada, de mão de obra, material, máquinas e equipamentos, insumos, operadores e ferramentas necessárias para sua execução”, tudo conforme previsto no Termo de Referência, no Edital, sempre observados as condições aqui estabelecidas e no projeto elaborado por esta Secretaria que compuseram o Edital de Licitação, no Convênio assinado entre a Prefeitura e a Secretaria de Estado e pelas cláusulas que se seguem.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

- 2.1** Os serviços aqui contratados serão executados no **regime de empreitada por preço unitário**, conforme a proposta da Contratada e as Planilhas de Quantitativos e Preços que fazem parte deste Contrato independente de transcrição.
- 2.1.1** Na proposta estão previstos os seguintes valores: custos dos materiais, operações executivas, transporte de equipamentos para o local de aplicação, canteiro de serviços, segurança do local durante a execução do contrato, depreciação de ferramentas e equipamentos, abastecimento de água, escritório e expediente, sinalização, estadias e hospedagens, remuneração do pessoal utilizado para a execução dos serviços, encargos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, pagamento de tributos municipais, inclusive ISS, estaduais e federais por ventura incidentes, e todos mais que se fizerem necessárias ao perfeito desempenho das obrigações assumidas, observado ainda o quanto previsto na Lei 14.133/21 em especial o artigo 121.
- 2.2** Qualquer alteração executada sem a competente autorização da Prefeitura não será objeto de avaliação posterior, assim como não se fará nenhum pagamento nessas condições.
- 2.3** A perfeita manutenção da garantia contratual após prorrogação e correção contratual plenamente vigente e a efetividade na execução dos serviços cabem, **EXCLUSIVAMENTE**, aos acreditados da CONTRATADA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, MEDIÇÕES E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**3.1** Para fins contratuais é dado ao presente contrato o valor global de **R\$ .....** (.....), observado o seguinte resumo:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
<b>1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMNARES</b>				
1.1	Placa da Obra em Lona com impressão digital e requadro em Metalon	m <sup>2</sup>	6		
1.2	Levantamento planimétrico de área pavimentada para veículo e pedestre	m <sup>2</sup>	24.559,98		
<b>Subtotal 1</b>					
<b>2</b>	<b>RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ C/ ESPESSURA FINAL APÓS COMPACTAÇÃO E LIBERAÇÃO DE TRÁFEGO DE 3,0 CM</b>				
2.1	Varrição de Pavimento para Recapeamento	m <sup>2</sup>	24.559,98		
2.2	Imprimadura betuminosa ligante	m <sup>2</sup>	24.559,98		
2.3	Camada de Rolamento betuminoso usinado a Quente CBUQ	m <sup>3</sup>	736,80		
<b>Subtotal 2</b>					
<b>3</b>	<b>SINALIZAÇÃO HORIZONTAL</b>				
3.1	Sinalização horizontal com resina vinílica ou acrílica	m <sup>2</sup>	262,83		
<b>Subtotal 3</b>					
<b>TOTAL GLOBAL (Critério de Julgamento - Itens 04.01 do TR e 5.1 do Edital)</b>					

- 3.1.1** Os quantitativos e custos acima estão nas Planilhas apresentadas na fase da proposta e **fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição**, devendo ser observados fielmente nos termos da Lei, **cujo regime de execução é o de empreitada por preço unitário efetivamente executado**.
- 3.2** As medições devem ser protocoladas na Prefeitura **sempre no primeiro dia útil de cada mês**.
- 3.3** As medições serão conferidas em até 5 (cinco) dias pelo Secretário de Serviços Públicos e Manutenção que será o responsável pelo seu cotejamento entre a medição apresentada e os serviços efetivamente executados, com apoio do setor de engenharia da Prefeitura ou quem for designado, observado os artigos 7º e 107 da Lei 14.133/21, além das especificações do item 9 do Termo de Referência (Anexo I) e, após a conferência serão encaminhadas para pagamento na Secretaria de Administração e Finanças, a quem competirá executar possível retenção dos encargos devidos nos termos da lei.
- 3.4** O pagamento será realizado **sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, sempre após o ateste da medição** a ser apresentada e conferida nos termos dos itens 07.01 e 07.02 deste Termo de Referência, ou no primeiro dia útil subsequente a este, em caso de recair em Sábado, Domingo ou Feriado.
- 3.5 Não haverá** a alteração de valores propostos (**vedação de reajuste**).
- 3.5.1** O valor do contrato a ser assinado poderá ser alterado para eventual aditamento de serviços não previstos no presente Termo de Referência ou reequilíbrio do contrato, desde que necessário em processo levado a termo com as justificativas técnicas e nos limites permitidos pela Lei Federal 14.133/21.
- 3.6** Será da responsabilidade da contratada fazer a entrega dos serviços na forma prevista no Termo de Referência (Anexo I) e no presente Contrato.
- 3.7** A contratada deverá comunicar imediatamente a Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção qualquer intercorrência que configure a inexecução da entrega dos serviços no prazo estipulado.
- 3.8** A Contratante terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços contratados e executados em desacordo com as exigências deste Termo ou do Edital e seus Anexos dele decorrentes, total ou parcialmente, fixando prazo a critério da contratante para a devida notificação e regularização.
- 3.9** A empresa contratada terá ainda como suas responsabilidades:

- a) Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do contrato (material, mão de obra, máquinas, equipamentos com insumos e operadores e ferramentas necessárias), respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por seu dolo ou culpa, de seus colaboradores, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vierem direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante e a terceiros.
- b) Iniciar a execução e entrega dos serviços após o recebimento da Ordem de Serviço nos prazos estabelecidos.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA**

- 4.1 Neste ato, a “Contratada” oferece nos termos do Edital a garantia da perfeita execução da obra, na importância de **R\$ .....** (.....), representada pela Carta de Fiança / Seguro Garantia n.º **000000**, emitida pelo ....., CNPJ ....., válida por..... (.....) dias com início de vigência em XX/XX/2025 e seu vencimento previsto para o dia **XX/XX/202.....**
- 4.2 A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, assim entendido quando da emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços, podendo ainda ser executado nas condições dispostas para cumprimento do pagamento de eventuais multas aplicadas no termos previstos no Edital e seus anexos.

#### **CLÁUSULA QUINTA** **DO REEQUILIBRIO E DO REAJUSTE, ADITAMENTO OU SUPRESSÃO:**

- 5.1 O contrato **não será reajustado**. Em sendo prorrogado por solicitação **da Contratante** e, somente se por mais de 12 meses, poderá ser reajustado pelo índice do **INPC/IBGE** (ou aquele que o substituir), cuja referência será a data de assinatura do contrato.
  - 5.1.2 Só será aplicado o reajuste aludido na cláusula anterior em caso de mora justificada por eventos imprevisíveis.
- 5.2 Eventual pedido de **Reequilíbrio econômico-financeiro** só ocorrerá após solicitação nos termos do artigo 124 da Lei 14.133/21, ficando desde já consignado que **NÃO HAVERÁ reequilíbrio em razão de:**
  - a) **Aumento da Folha de Pagamento**, pois fatos previsíveis e de notório conhecimento público;
    - 5.2.1 Os casos de **aditamento ou supressão** serão processados nos termos da alínea “b” do inciso I do artigo 124 c/c o artigo 125 todos da Lei 14.133/21 nos limites ali permitidos, observado o item 09.02 e 12 do Edital.
    - 5.2.2 A solicitação deverá ser por escrito, justificando-se os motivos que por sua vez serão analisados pela Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção, com apoio do seu corpo técnico, **no prazo de até 15 dias**, devendo neste caso ser observado as regras do artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.

#### **CLAUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:**

- 6.1 Ficam fazendo parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, as demais cláusulas e condições do Edital de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 004/2026**, de 14 de maio de 2026, levado a efeito pelo **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2026**, bem como a proposta da “Contratada” que, devidamente rubricada, se encontra arquivada na Prefeitura Municipal de Matão, observado ainda o item 3.1 deste Contrato.
- 6.2 Fica aqui consignado a ciência pela contratada, **da obrigação de realizar o cadastro no CadTCESP**, conforme a alínea “a”, do inciso III ou no inciso VIII, ambos do artigo 2º da **Resolução nº 21/22 do TCE/SP**.
- 6.3 Fica ainda consignado as responsabilidades assumidas quanto aos encargos, benefícios, taxas, impostos derivados de Leis Trabalhistas e previstos no Edital e no Anexo I e ainda quanto a ciência do Quadro de Penalidades a ser imposta em razão de descumprimento das regras do Edital, do Anexo I e do presente Contrato.



**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

- 7.1 Os recursos financeiros para as despesas com a execução dos serviços serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente para 2026, conforme a funcional programática n.º **15.451.2801.1.002**, categoria econômica n.º **4.4.90.51.00**, ficha n.º **642**, sub elemento da despesa n.º **91**, vínculo n.º **02.100.0228** e **01.110.0000** Processo Eletrônico n.º **5891/2026**, requisição de serviços n.º **1032/2026** e notas de reserva n.º **7621 e 7622** de **14/05/2026**, do Departamento da Manutenção da Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção da Prefeitura Municipal de Matão.
- 7.2 Para os exercícios seguintes serão alocados os recursos nas respectivas leis orçamentárias.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS:**

- 8.1 O prazo de execução que constitui o objeto deste contrato, será de até **690 (seiscentos e noventa) dias**, conforme as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** (Anexo I) do Edital, que passa a fazer parte integrante deste Contrato independentemente da sua transcrição.
- 8.1.1 Os prazos de que tratam o item 8.1 poderão ser prorrogados quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, em processo levado a termo e juntado aos autos administrativos.
- 8.2 O presente contrato terá validade por **720 (setecentos e vinte) dias**, a partir da emissão da Ordem de Serviço, conforme 01.03 do Anexo I (Termo de Referência). Caso haja prorrogação da execução, o contrato será prorrogado nos mesmos prazos.

**CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 9.1 A fiscalização da obra será acompanhada pelo Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção, sendo representadas pelo seu Secretário e por eventual responsável pelo Convênio, bem como por funcionários técnicos da estrutura efetiva da Prefeitura, e estando a medição em ordem far-se-á o Ateste na Nota Fiscal e encaminhará o processo para a Secretaria de Administração para o devido pagamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

- 10.1 O contratado será responsabilizado administrativamente nos termos da Lei Federal 14.133/21, observando-se:
- a) Advertência
  - b) Multa de 10% do valor Global do Contrato
  - c) Na Reincidência (mesmo descumprimento), multa em dobro e Rescisão do Contrato, sem prejuízo das penalidades cumulativas previstas na Lei 14.133/21.
- 10.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nos artigos 155 a 160 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 10.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.4 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 10.6 O atraso na entrega da obra sujeita a contratada a multa de 10% do valor global, independente de notificação extra ou judicial ou administrativa e, aplicado em dobro em atraso reincidente. A aplicação de multa em dobro não trará prejuízo ainda da aplicação de outras penalidades, inclusive a rescisão contratual e declaração de inidoneidade e de proibição de contratar com o Poder Público, observado a ampla defesa e o contraditório, em especial o quanto previsto nos artigos 155 a 160 da Lei Federal 14.133/21.
- 10.6.1 As multas poderão ser descontadas da NF.
  - 10.6.2 A multa aqui disposta só não será cobrada em caso de absoluto caso fortuito, a ser comprovado pela contratada, sendo os prazos de entregas conhecidos no presente



Edital, não se admitindo o seu descumprimento em hipótese alguma, salvo nas condições aqui estabelecidas.

- 10.7 O Município poderá exigir indenização suplementar, caso o descumprimento das obrigações da contratada cause prejuízos que excedam ao valor das multas ora previstas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

**DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS:**

- 11.01 Concluído o escopo do objeto contratual, procederá à Prefeitura, dentro do prazo de 10 (dez) dias, seguintes ao da entrega da comunicação que, por escrito lhe fizer a CONTRATADA, através de Termo Final de Medição, em que será realizado um exame minucioso do todo a fim de recebê-los provisoriamente, mediante Termo de Recebimento Provisório da obra.
- 11.02 Após este recebimento e durante o prazo de observação de 10 (dez) dias, ficará a CONTRATADA obrigada a fazer às suas custas as reparações reclamadas em consequência de vícios por ventura existentes.
- 11.03 Findo o prazo de observação, a CONTRATADA solicitará, por escrito, a realização do exame para emissão do Termo de Recebimento Definitivo, o qual a Prefeitura deverá emitir no prazo máximo de 10 (dez) dias, desde que o escopo do objeto contratual se apresente em perfeitas condições.
- 11.04 O recebimento do objeto, seja o provisório ou de forma definitiva, não exime a CONTRATADA das responsabilidades civis e outras inerentes, bem como não exime a Contratante de realizar os pagamentos dos serviços já executados na forma prevista no Termo de Referência, no Edital e neste contrato, cuidando-se o período de análise de eventuais defeitos em serviços que possam comprometer a obra e que precisem ser executados sem custos para a Contratante, sempre em processo levado a termo e observada a ampla defesa e o contraditório.
- 11.05 A garantia depositada para execução do contrato será liberada ou restituída, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, em consonância com as determinações previstas no presente Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 12.01 A fiscalização por parte da Prefeitura não eximirá a contratada das responsabilidades previstas no Código Civil e dos danos que vier a causar a terceiros, seja por ato de seus funcionários ou de prepostos.
- 12.02 O contratado, na execução do presente contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **poderá, mediante anuência prévia da Prefeitura Municipal, subcontratar serviços.** A constatação de subcontratação **sem anuência da Prefeitura sujeitará a contratada a multa de 3% do valor total do contrato**, podendo ainda haver a rescisão com a subcontratada.
- 12.03 O subcontratado na forma prevista no item anterior, será responsável solidário com todas as regras estabelecidas neste Edital e no contrato.
- 12.04 Correrão, por exclusiva conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, as consequências que advierem de:
- a) Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão, inclusive de seus empregados e prepostos.
  - b) Imperfeição ou insegurança na execução dos serviços de Recapeamento.
  - c) Falta de solidez dos serviços executados, mesmo verificada após o término do contrato.
  - d) Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria dos equipamentos usados na execução dos serviços.
  - e) Ato ilícito ou danoso de seus colaboradores ou de terceiros, em tudo que se referir aos serviços.
  - f) Acidentes de qualquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e colaboradores, seus ou de terceiros, na execução dos serviços ou em decorrência deles, devendo a CONTRATADA obedecer fielmente às normas de saúde e segurança de seus trabalhadores, especialmente as consignadas na Consolidação das Leis do Trabalho além de outras disposições acerca da matéria.



- g) A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, bem como sobre os equipamentos, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a aceitação definitiva dos serviços.
- h) Pagamento regular dos colaboradores e ou fornecedores, inclusive decorrentes de taxas, impostos e obrigações trabalhistas, sob pena de **RETENÇÃO DOS VALORES DEVIDOS** e reconhecidos na forma da Lei, das faturas ou de créditos a que tem direito pela prestação dos serviços, bem como a execução pela Contratante, se necessário, da Garantia de Execução do Contrato a ser exigida nos termos do Edital respeitado o contraditório e a ampla defesa.
- 1) O atraso no pagamento dos trabalhadores do contrato importa, independentemente de outras penalidades previstas neste Termo, no Edital ou na Lei, em **MULTA DE 5%** (cinco por cento) DO VALOR MENSAL DO CONTRATO, para CADA DIA DE ATRASO, a ser **DESCONTADA** na FATURA POSTERIOR, observada a ampla defesa e o contraditório.
- i) Responsabilidade de garantir que os operadores de máquinas e equipamentos devem possuir autorização (habilitação) nos termos da Lei para atuarem no presente contrato.
- j) Obrigação de registro em Carteira (CTPS) ou no Instrumento de Contrato, nos termos da Lei, da Profissão do colaborador a ser disponibilizado, bem como o cumprimento de toda legislação trabalhista, sob pena da aplicação de multa, rescisão contratual, observado o artigo 121 da Lei Federal 14.133/21 e o quanto disposto no item 03.02 deste Termo de Referência.
- l) Assumir integralmente, ficando desde já consignado, que todas as despesas decorrentes da contratação nos termos da Lei, será da sua inteira e integral responsabilidade, estando ciente de que a Contratante não será solidária ou responsável por qualquer despesa inerentes a contratação de obrigação da contratada nos termos da Lei.
- m) Manter Responsável Técnico (Engenheiro Civil, Agrônomo) devidamente inscrito no CREA para responder tecnicamente sobre os serviços junto à Prefeitura.
- n) Além das obrigações acima previstas, a empresa a ser CONTRATADA, também terá as seguintes obrigações:
- 1- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste contrato, de modo a conduzi-lo eficientemente, nos prazos previstos;
  - 2- Dispor de mão-de-obra de acordo com as necessidades dos serviços, bem como os equipamentos de proteção individual (EPIs);
  - 3- Fornecer todos os materiais, inclusive os equipamentos, máquinas e ferramentas necessárias à execução do objeto contratual, nos moldes estabelecidos no Edital e seus anexos;
  - 4- Transportar, carregar e descarregar os equipamentos, máquinas e ferramentas;
  - 5- Receber, conferir, armazenar e proteger todos os equipamentos, máquinas e ferramentas, inclusive com a disponibilidade de segurança do local durante a execução do contrato.
  - 6- Reparar, corrigir, remover, substituir no todo ou em parte os serviços objeto deste, desde que se verifiquem defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados;
  - 7- Conduzir os trabalhos de acordo com as normas técnicas vigentes, em estrita observância às legislações Federal, Estadual e Municipal e a quaisquer ordens ou determinações da fiscalização, devendo ainda, conduzir os trabalhos e o pessoal de modo a formar junto ao público, uma boa imagem da CONTRATADA e da Prefeitura;
  - 8- Cumprir e fazer com que todo o pessoal em serviço observe os regulamentos disciplinares de segurança e higiene (conforme regras do Ministério do Trabalho), mantendo o local do trabalho sempre limpo e organizado, de forma a permitir o perfeito andamento dos serviços;
  - 9- A contratada não pode alegar ignorância, desconhecimento das regras de disponibilidade de pessoal, bem como da **OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO DE IMPOSTOS, TAXAS, BENEFÍCIOS PREVISTOS PARA OS TRABALHADORES,**

observando-se inclusive o quanto disposto no artigo 121 da Lei 14.133/21. Fica desde já consignado, inclusive a observância pela futura contratada do cumprimento das obrigações trabalhistas, conforme Ação Civil Pública (nº 0011363-97.2017.5.150081 da Justiça Trabalhista) deixando aqui registrado no processo essas condições, da obrigatoriedade da Contratada no recolhimento das obrigações sob pena de incorrer na aplicação das penalidades previstas no Edital e na Legislação em vigor.

- 12.5 São de exclusiva obrigação da Contratada os encargos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, pagamento de tributos municipais, inclusive ISS, estaduais e federais por ventura incidentes, e todas mais que necessárias forem ao perfeito desempenho das obrigações assumida, observado ainda o quanto previsto na Lei 14.133/21 em especial o artigo 121, não podendo a empresa alegar desconhecimento da regra.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:**

- 13.1 Fica eleito o Foro desta Comarca de Matão, com exclusão de outro qualquer, para dirimir as questões que surgirem referentes a este contrato, que não forem resolvidas por via administrativa, na forma do Código Civil.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, na presença de duas testemunhas adiante assinadas.

Matão, ..... de ..... de 2026.

**P/ PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO**  
**“CONTRATANTE”**  
**SR. APARECIDO FERRARI**  
**PREFEITO DE MATÃO**

**P/ \_\_\_\_\_**  
**“CONTRATADA”**  
**SR.: \_\_\_\_\_**  
**RG.: \_\_\_\_\_**  
**CPF.: \_\_\_\_\_**

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_



## **ANEXO V**

### **PASTA DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

1-ART

2-Cronograma Físico Financeiro

3-Mapa de Localização

4- Pranchas das Ruas e Avenidas

5-Termo de Convênio com SGRI





## **ANEXO VI** **TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL**

### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 004/2026** **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2026**

“Contratação de empresa especializada para execução de **Serviços de Recapeamento Asfáltico de Ruas e Avenidas de Matão/SP**, em parceria com a **Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo, através do Convênio nº 100416/2026**, incluindo a disponibilidade pela contratada, de mão de obra, material, máquinas e equipamentos, insumos, operadores e ferramentas necessárias para sua execução” tudo conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

**RAZÃO SOCIAL:** \_\_\_\_\_

**C.N.P.J. N.º** \_\_\_\_\_ **I.E.** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**BAIRRO:** \_\_\_\_\_

**CIDADE:** \_\_\_\_\_ **ESTADO:** \_\_\_\_\_ **CEP:** \_\_\_\_\_

**TELEFONE:** \_\_\_\_\_ **CONTATO:** \_\_\_\_\_

**E-MAIL:** \_\_\_\_\_

Recebi da Prefeitura Municipal de Matão a cópia do EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 004/2026 e seus Anexos, cuja a abertura será realizada dia 1º/06/2026 às 09h00min.

Matão, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome do responsável da Empresa

**\*A falta do preenchimento e remessa do recibo do Edital ao Departamento de Compras e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Matão/SP, exime a Administração da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório e de quaisquer informações adicionais.**